

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT09.009

ETNOGRAFIA NO SHOPPING CENTER: OBSERVAÇÃO DE CRIANÇAS EM ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E APRENDIZAGEM

Maria Souza dos Santos¹

Sandra Canal²

Fernanda Bittencourt Ribeiro³

RESUMO

Este artigo apresenta um experimento etnográfico realizado em um shopping center na Zona Sul de Porto Alegre, durante uma tarde de sábado, com o objetivo de observar o comportamento de crianças pequenas em espaços de convivência. A pesquisa, conduzida na disciplina Etnografia e Educação, incluiu visitas à praça de alimentação, lojas de brinquedos e áreas de recreação. O estudo buscou compreender como as crianças interagem com os espaços, os objetos e os adultos que as acompanham, destacando momentos de brincadeira, interação familiar e situações de aprendizagem informal. A metodologia adotada baseou-se na observação participante,

- 1 Doutoranda em Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Porto Alegre, RS, pesquisadora do grupo de estudos e pesquisa sobre Questões Sociais na Escola (QSE). Bolsista Capes. Docente na Rede Municipal de Educação de Porto Alegre - RS. maria.souza67@edu.pucrs.br;
- 2 Doutoranda em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre - RS, pesquisadora do grupo de estudos e pesquisa sobre Questões Sociais na Escola (QSE). Bolsista Capes. Docente - Centro Universitário FAVENI- UNIFAVENI- sandra.canal@edu.pucrs.br;
- 3 Doutora em Antropologia Social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) Paris, França. Professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. feribeiro@pucrs.br.

com registros em diário de campo que incluíram conversas informais com crianças, pais e funcionários. Situações como a interação com brinquedos, a utilização de tecnologia e dinâmicas de controle parental foram observadas, assim como as condições inclusivas em espaços recreativos pagos. Concluiu-se que lojas de brinquedos infantis, especialmente aquelas que oferecem espaços interativos, representam ambientes potenciais de aprendizagem e socialização. Esses locais podem estimular habilidades cognitivas e sociais, além de promoverem interações significativas entre crianças e adultos. A pesquisa reafirma a relevância da etnografia como abordagem para investigar práticas educativas e sociais em espaços não formais.

Palavras-chave: Etnografia, Espaços de aprendizagem, Comportamento infantil, Interação familiar, Educação informal.

INTRODUÇÃO

Brincar é uma linguagem universal e, nas sociedades ocidentais, a partir da modernidade, foi sendo associada principalmente à infância (Ariès 1981). Desde os primeiros anos de vida, as crianças expressam seus desejos, emoções e compreensões de mundo por meio da brincadeira, que se configura como uma atividade essencial para o seu desenvolvimento integral. Muito além de um simples passatempo, o brincar constitui uma forma de estar no mundo, de relacionar-se com os outros e com o ambiente, sendo reconhecido como um direito, garantido no artigo 31 da “Convenção sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas (1989)”. Conforme o documento mencionado, “[...] os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística” (p. 22). De modo semelhante, a Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 277, já havia estabelecido que a família, a sociedade e o Estado devem garantir à criança o direito ao lazer: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer [...]” (Brasil, 2016, p. 357). Igualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, também consagra às crianças o direito de brincar (Brasil, 2017, p. 39):

Art. 4. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, [...] à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (p.11). Art. 71. A criança e o adolescente têm direito a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Sob essa mesma ótica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça o brincar como um dos direitos essenciais ao processo de apren-

dizagem e crescimento na Educação Infantil, reconhecendo-o como uma experiência primordial para que as crianças possam expressar, elaborar e reinterpretar suas vivências e conhecimentos do mundo (Brasil, 2018).

Com base nessas perspectivas, torna-se imprescindível observar e valorizar os espaços em que as crianças exercem sua ludicidade de forma espontânea, inclusive fora do ambiente escolar, como praças, parques, ruas e, mais recentemente, os ambientes comerciais urbanos. Santana et al (2016, p. 16) destacam que: “no contexto de educação, o brincar não deve ser considerado apenas como uma forma de divertimento, pois possibilita à criança aprender e desenvolver as interações sociais”.

A maneira como a cidade moderna estrutura seus ambientes, reflete tanto de forma direta quanto indireta, a visão que se possui sobre a infância. No contexto do entretenimento, os shoppings tornaram-se espaços de sociabilidade onde se entrelaçam práticas familiares, culturais e educativas. Para as crianças, esses espaços podem proporcionar oportunidades de descoberta e interação, embora estejam sujeitos a diversas restrições impostas pela supervisão dos adultos e pela mercantilização do ato de brincar. Nesse sentido, Carbonell (2002, p. 106) adverte:

Nem a cidade, nem qualquer comunidade rural ou urbana pode ser educadora se o entorno não oferece experiências educativas relevantes. Por isso, é preciso repensar e reestruturar o modelo de território com a criação de tempos e espaços que facilitem o intercâmbio entre as diversas gerações; recursos e infra-estruturas culturais, desportivas e lúdicas; e oportunidades para que os meninos e as meninas possam educar o olhar, experimentar com objetos, explorar novas realidades e fantasias, ou projetar seus desejos corporais e musicais.

É possível observar que até mesmo nos contextos mais inusitados, as crianças conseguem encontrar espaços para exercitar sua liberdade lúdica, transformando objetos, situações e interações em brincadeiras criativas e significativas. Recentemente, lojas especializadas em brinquedos infantis têm desenvolvido ambientes lúdicos que possibilitam interações entre as crianças e/ou com os adultos que as acompanham.

Em 2004, a Fundação ABRINQ lançou o “Guia dos Brinquedos e do Brincar”, publicação que apresenta importantes reflexões sobre a relevância do brincar e dos brinquedos no desenvolvimento infantil. De acordo com a publicação,

[...] brincando, as crianças constroem seu próprio mundo e os brinquedos são as ferramentas que contribuem para esta construção. É com os brinquedos que elas começam a desenvolver sua criatividade e sua habilidade para mudar o futuro. Quando as crianças têm oportunidade de brincar, dispõem de brinquedos para brincar, individualmente ou em grupos, vivem uma experiência que enriquece sua sociabilidade e sua capacidade de se tornarem seres humanos criativos. Os brinquedos fazem com que as crianças compreendam que o mundo está cheio de possibilidades e que eles, brinquedos, simbolizam as oportunidades de expansão da criatividade do homem. Está claro que os brinquedos desempenham um papel decisivo para converter as crianças de nossos dias em adultos maduros, com grande imaginação e auto-confiança (ABRINQ, 2004, p. 3).

Em 2012, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou o Manual de Orientação Pedagógica: Brinquedos e Brincadeiras nas Creches (Brasil, 2012), que ressalta o brinquedo e a brincadeira como elementos fundamentais da infância. O documento aponta que brincar é uma das principais formas de expressão da criança, possibilitando a investigação e a aprendizagem sobre si mesma, as pessoas e o mundo. Valorizar o brincar, portanto, significa garantir espaços e recursos que favoreçam essa prática cotidiana. Assim, o brincar se consolida contemporaneamente como um direito essencial da infância (Brasil, 2012).

Daí que, em sociedades ocidentais afirma-se, formalmente, que a infância não pode ser separada do ato de brincar, pois é por meio dessa experiência que as crianças se expressam, constroem conhecimentos, experimentam, elaboram vivências e interagem com o mundo. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reconhece o brincar como um dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, assegura às crianças o direito de “explorar, expressar, participar, conviver, conhecer-se e brincar”, destacando a centralidade dessa experiência no processo educativo

(Brasil, 2018). Dessa forma, reconhecer o brincar como um direito essencial da infância implica não apenas garantir tempos e espaços para sua expressão, mas também compreender os múltiplos contextos em que ele se manifesta, inclusive fora dos ambientes escolares convencionais. Ao considerar a ludicidade como uma forma expressiva e estruturadora da experiência infantil, abre-se uma possibilidade de refletir sobre a maneira como os diferentes espaços urbanos – desde as ruas até os shoppings – podem (ou não) receber e estimular experiências significativas de descoberta, criação e interação. Assim, o experimento etnográfico que será apresentado se propôs a analisar como os ambientes comerciais nas áreas urbanas, em particular as lojas de brinquedos, têm se configurado como espaços de exercício da brincadeira e de vivência da infância associada ao consumo.

UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE INFÂNCIAS EM AMBIENTES COMERCIAIS: O BRINCAR EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Diversos estudos da psicologia, da pedagogia, da biologia e da antropologia corroboram a ideia de que o brincar é uma prática culturalmente situada, que se manifesta de formas variadas a depender do tempo, do espaço e das condições sociais envolvidas. Pode-se destacar os escritos de Maturana e Verden-Zöllner (2014) e Freud (1989), entre outros.

A união entre o biólogo Humberto Maturana e a psicóloga Gerda Verden-Zöllner, em *“Amar e brincar”*, evidencia que o brincar é mais que um gesto lúdico: é expressão do amor que funda relações humanas autênticas e, por isso, constitui uma prática essencial no cotidiano das crianças em suas relações interpessoais. Segundo os autores, o amor que a criança vivencia desde os primeiros passos, passa a ser um parâmetro para suas experiências e vivências futuras. Daí a importância do olhar atento e cuidadoso do adulto nos espaços brincantes (Maturana e Verden-Zöllner 2014).

Freud (1989) enfatiza que a atividade de brincar, ao contrário de representar uma ação puramente instintiva ou desvinculada do contexto social,

encontra-se profundamente incorporada às experiências socioculturais das crianças e possui significados que transcendem o mero entretenimento. Por sua vez, Oliveira et al. (1992), destacam, que essa prática se manifesta como uma linguagem e uma forma de expressão específica da infância. As autoras explicam que, ao vivenciar diferentes papéis no ato de brincar, a criança tem a oportunidade de perceber as consequências de suas ações e, assim, internalizar normas de conduta, construindo o sistema de valores que orientará seu comportamento.

Na Antropologia, o campo de estudos designado nas últimas décadas como Antropologia da criança, tem ampliado as perspectivas de análise ao mostrar que as crianças fazem mais do que internalizar convenções e normas, unilateralmente. Elas agem na vida social de forma relacional, tensionam e subvertem convenções e normas, mediam relações, reproduzem e inventam mundos (Rifiotis et al 2021). Como sintetiza Belisário: “não são reflexos mecânicos decorrentes de uma socialização unidirecional dos adultos” (Belisário 2021, p. 257). Um importante desafio metodológico decorrente desta contribuição teórica da Antropologia da Criança é, justamente, o de não reproduzir na pesquisa, a grande divisão adultos-crianças. Quando a observação da vida social não reproduz a separação dos mundos, as pesquisas etnográficas deixam ver as diversas formas que a mistura das idades assume, como por exemplo, nas situações de brincadeira. Dessa forma, compreender o brincar implica analisá-lo em suas múltiplas expressões, considerando tanto a diversidade das infâncias quanto os contextos socioculturais em que essas práticas se realizam.

Para tanto, a etnografia desponta como uma metodologia potente para investigar os sentidos e significados do brincar em espaços não escolares. Ao privilegiar a observação participante e a escuta sensível (Barbier 1998, 2002), a abordagem etnográfica permite acessar nuances das interações cotidianas que ocorrem em territórios informais, porém profundamente educativos. Esses espaços, por vezes negligenciados nas pesquisas educacionais, revelam-se ricos em experiências formativas,

onde crianças aprendem sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Cohn (2005) sublinha a relevância da observação participante:

[...] o pesquisador participa ativamente da vida e do mundo social que estuda, compartilhando seus vários momentos, o que ficou conhecido como observação participante. Ele também ouve o que as pessoas que vivem nesse mundo têm a dizer sobre ele, preocupando-se em entender o que ficou conhecido como o ponto de vida do nativo, ou seja, o modo como as pessoas que vivem nesse universo social o entendem (Cohn, 2005, p.10).

Este artigo integra-se ao campo de investigação etnográfica ao apresentar um experimento realizado em um shopping center localizado na Zona Sul de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em uma tarde de sábado. O objetivo foi observar o comportamento de crianças pequenas em distintos espaços de convivência. A pesquisa foi desenvolvida no contexto da disciplina “Etnografia e Educação”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS, na Escola de Humanidades, e envolveu visitas à praça de alimentação, a lojas de brinquedos e a áreas de recreação. Nesses ambientes, foram analisadas as interações entre crianças, adultos e objetos, com ênfase nas formas pelas quais o brincar se manifestava neste contexto urbano e comercial.

A partir da observação participante e de registros sistemáticos em diário de campo (Weber; 2009; Spink, 2003; Malinowski, 1967) buscou-se compreender como o brincar se configura nesses espaços: ora de forma espontânea, nas iniciativas das próprias crianças; ora mediado por regras sociais, que regulam comportamentos e definem limites de circulação; ou ainda atravessado por questões de acesso e inclusão, revelando desigualdades sociais que interferem nas possibilidades de vivência lúdica. Nesses ambientes, o brincar não se apresenta como uma ação neutra, mas como um fenômeno socialmente condicionado, influenciado por fatores como o consumo, a vigilância adulta e a arquitetura dos espaços.

Ao considerar o brincar como expressão legítima da infância e como possibilidade de aprendizagem informal, o estudo também lança luz

sobre o papel dos espaços comerciais como ambientes potencialmente educativos. Ainda que não tenham sido concebidos com essa finalidade, tais lugares podem favorecer o desenvolvimento de habilidades cognitivas, afetivas e sociais, sobretudo quando oferecem condições para a livre experimentação, o contato com diferentes materiais e a interação intergeracional. A presença de brinquedos, de texturas variadas, de estímulos visuais e auditivos, bem como a convivência entre diferentes faixas etárias, pode contribuir para ampliar o repertório das crianças, fomentando aprendizagens que extrapolam os limites escolares.

Por fim, a pesquisa considera a escuta atenta (Barbier, 1998) e o olhar etnográfico (Carvalho, 2001) como meios essenciais para compreender as infâncias contemporâneas em suas múltiplas dimensões. Ao valorizar os gestos, os silêncios, as escolhas e os modos de agir das crianças, o estudo reforça a necessidade de respeitar suas vozes, desejos e formas de ser no mundo. Reconhecer o brincar como uma prática legítima e plural é, também, reconhecer o direito das crianças à cidade, à cultura e à vivência plena de sua infância – mesmo em espaços nos quais tradicionalmente não se esperaria encontrá-la.

O BRINCAR EM UM SHOPPING CENTER DA ZONA SUL DE PORTO ALEGRE

Em uma tarde de sábado, duas pesquisadoras, devidamente identificadas com crachás estudantis, adentraram o espaço de um shopping center com o propósito de observar práticas de brincar neste ambiente não escolar. Com um olhar atento às manifestações espontâneas das crianças, buscou-se identificar como elas interagem com e nos espaços comerciais e de que forma o brincar se expressa nesse contexto urbano.

No primeiro momento, as pesquisadoras dirigiram-se à praça de alimentação, local de grande circulação e permanência de famílias. Apesar de ser um ambiente propício para a observação da convivência social, foi possível perceber que havia poucas crianças naquele espaço. A maioria

dos frequentadores estava envolvida em atividades voltadas ao consumo de alimentos, e as crianças presentes mantinham-se próximas aos seus responsáveis, sem se engajar em brincadeiras visíveis. Esse cenário inicial já revelava uma característica marcante dos espaços comerciais: embora sejam ambientes públicos e acessíveis, não são projetados prioritariamente para o brincar livre, o que pode limitar as expressões espontâneas das crianças.

Persistindo na busca por experiências significativas, as pesquisadoras circularam pelos corredores do shopping, explorando diferentes áreas com o intuito de encontrar espaços mais receptivos ao lúdico. Foi então que, ao passarem em frente a uma loja de brinquedos, depararam-se com uma cena que despertou imediatamente a atenção etnográfica: uma “amarelinha” estava desenhada no chão, bem na entrada da loja, convidando as crianças ao jogo. De acordo com Jesus (2012) “A palavra amarelinha vem do francês *marelle*, que por adaptação popular ganhou a associação com amarelo e o sufixo diminutivo” (Jesus, 2012, p. 16). Neste espaço, uma menina de aproximadamente sete anos, acompanhada da mãe, brincava com entusiasmo. Seus movimentos eram ágeis e cheios de alegria, expressando vivacidade e espontaneidade. A mãe, observando de perto, sorria com ternura, incentivando a filha a continuar pulando.

Essa breve interação revelou um importante aspecto do brincar em espaços comerciais: mesmo que o local não tenha sido pensado originalmente para o lazer infantil, a presença de dispositivos lúdicos pode transformar o ambiente e promover momentos de expressão genuína da infância. A amarelinha, simples e acessível, funcionava como um convite ao corpo, ao movimento e à imaginação. O fato de a mãe apoiar e partilhar desse momento demonstra como os adultos também podem mediar positivamente essas experiências, reforçando laços afetivos e contribuindo para a vivência lúdica das crianças.

Ao adentrar a loja, mais uma cena chamou a atenção das pesquisadoras. Nos fundos do espaço, havia uma parede repleta de peças de Lego coloridas e uma grande caixa com blocos disponíveis para o manuseio. A

proposta da loja parecia ser a de permitir que as crianças explorassem sua criatividade de forma livre, manipulando os materiais e construindo suas próprias narrativas. Ali, um menino de cerca de oito anos estava imerso em sua criação. Acompanhado do avô, montava com dedicação uma paisagem que incluía um pequeno barquinho. Os olhos atentos e as mãos hábeis revelavam concentração e prazer na atividade.

Ao se aproximarem, as pesquisadoras foram gentilmente recebidas pelo avô, que compartilhou um pouco da rotina que mantinha com o neto. Segundo ele, todos os sábados frequentavam o shopping e, especialmente, aquela loja. Para o menino, aquele era um momento aguardado com entusiasmo: “ele vem aqui e cria o mundo dele”, comentou o avô, com orgulho no olhar. A fala do adulto revelou não apenas um hábito familiar, mas também a importância daquele espaço na construção simbólica e afetiva do universo infantil. Nesta situação, a presença de um adulto e uma criança numa loja de brinquedos, que poderia indicar uma intenção de compra, implicar numa negociação ou tensão, ganha um outro sentido. “Criar seu mundo”, todos os sábados na companhia do avô é uma maneira de brincar inventiva (Wagner 2009) que emerge num ambiente convencionalmente estruturado pelo e para o consumo. A loja, ao disponibilizar um espaço interativo com materiais de qualidade, promove um tipo de experiência que transcende a lógica da compra e da venda. Ao permitir que as crianças permaneçam, criem, explorem e se expressem, torna-se um território educativo, ainda que não institucionalizado como tal. A presença do avô, por sua vez, reforça o caráter intergeracional dessas experiências, nas quais o brincar também serve como ponte entre diferentes gerações.

Kawahara (2019) observa que o bloco Lego, inicialmente concebido como brinquedo de entretenimento infantil, pela sua característica de múltiplos encaixes e possibilidades criativas, ultrapassa a simples diversão, configurando-se como recurso de autoconhecimento e ferramenta educativa.

Durante a permanência no shopping center, as pesquisadoras realizaram registros sistemáticos em diário de campo, anotando falas, gestos, expressões e detalhes do ambiente. Malinowski (1967), em suas pesquisas, já destacava a importância desse instrumento como recurso metodológico essencial à investigação social e como espaço de reflexão pessoal. Segundo o autor, os registros mais consistentes e confiáveis são aqueles elaborados imediatamente após a saída do campo.

A escuta sensível e o olhar etnográfico permitiram captar aspectos sutis, mas profundamente reveladores acerca de como as crianças habitam os espaços da cidade. Embora os shoppings não sejam planejados como ambientes educativos ou voltados à infância, abrem-se espaços nos quais o brincar resiste às normas de contenção e vigilância que frequentemente limitam a ação infantil.

Desse modo, a experiência indica a necessidade de reconhecer os espaços urbanos, inclusive os comerciais, como possíveis territórios da infância. Quando há intencionalidade no desenho dos ambientes – ainda que mínima –, abre-se espaço para que o brincar aconteça de maneira autêntica, revelando a potência criadora das crianças. A observação dessas cenas mostra que o brincar não está restrito às escolas ou aos parques: ele emerge onde houver disponibilidade, convite e liberdade. E, nesse sentido, cabe aos adultos, educadores, gestores e pesquisadores ampliar o olhar sobre as múltiplas infâncias e garantir que os espaços da cidade também sejam espaços do brincar.

LOJAS DE BRINQUEDOS COMO ESPAÇOS DE LAZER, ENCONTRO E IMAGINAÇÃO

Em uma sociedade caracterizada por um ritmo acelerado e pela lógica do consumo, os espaços urbanos destinados à infância tornam-se cada vez mais limitados. Nesse contexto, as lojas de brinquedos infantis, situadas em ambientes comerciais como shopping centers, podem – e devem – desempenhar um papel mais abrangente do que o mero ato de

venda. Ao integrarem áreas lúdicas atrativas, essas lojas se transformam em territórios de lazer, convivência e expressão da infância, acolhendo as crianças e os adultos acompanhantes, favorecendo vínculos afetivos e experiências significativas.

A observação etnográfica realizada em um shopping da Zona Sul de Porto Alegre revela com sensibilidade, a força transformadora do brincar quando este encontra oportunidades para emergir, mesmo em locais não originalmente designados para tal. A cena de uma menina pulando amarelinha na entrada de uma loja, sob o olhar atento e carinhoso da mãe, juntamente com a imagem de um menino imerso na construção de mundos com peças de Lego ao lado do avô, são expressões genuínas da infância que resiste, cria e se afirma (Kawahara, 2019). Tais situações representam exemplos concretos de como o simples gesto de abrir espaço ao lúdico pode gerar encontros significativos, afetos e memórias duradouras.

A presença de um ambiente que convida ao brincar livre – seja por meio de uma amarelinha no chão, de blocos de montar disponíveis ao toque ou de qualquer outro elemento que convoque a imaginação – amplia significativamente a função social da loja. Esta deixa de ser um espaço exclusivamente voltado ao consumo imediato e passa a ser um lugar de permanência, descoberta e relação. Para a criança, trata-se de um território onde ela é reconhecida como sujeito ativo, criativo e potente (Brasil, 2018). Para os adultos, trata-se de uma oportunidade de estar junto, acompanhar, compartilhar e, muitas vezes, resgatar o próprio brincar adormecido.

Esse tipo de iniciativa também representa um investimento estratégico e humanizador para o comércio. Ao proporcionar momentos agradáveis e talvez inesquecíveis, a loja fideliza seus visitantes, transforma o tempo de espera em tempo de qualidade e aproxima marcas de experiências afetivas. Mais do que vender produtos, passa a oferecer vivências. Nesse contexto, brinquedos deixam de ser apenas mercadorias e tornam-se ferramentas de conexão, linguagem e cultura.

Além disso, ao considerar as lojas como microterritórios educativos e culturais, amplia-se a compreensão do brincar enquanto direito – previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – e como prática que deve ser garantida em diferentes espaços da cidade. O acesso ao lúdico, mesmo dentro de um centro comercial, não deve ser visto como privilégio, mas como parte do cotidiano possível da infância urbana. A intencionalidade em criar ambientes acolhedores e brincantes pode contribuir para transformar shoppings e outros espaços comerciais em lugares de convivência democrática, onde o brincar se inscreve como forma legítima de habitar o mundo.

Portanto, é urgente e necessário que os responsáveis por lojas de brinquedos infantis repensem seus ambientes e suas práticas operacionais. A promoção de espaços brincantes representa um compromisso com as infâncias diversas, além da construção de uma cidade mais sensível às necessidades de seus pequenos cidadãos. Afinal, brincar não é um detalhe – é essencial, é um direito de aprendizagem (Brasil, 2018). É por meio do brincar que as crianças conhecem a si mesmas, aos outros e ao mundo. E onde há espaço para o brincar, há também espaço para a infância florescer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa etnográfica realizada em um shopping center da Zona Sul de Porto Alegre evidenciou que, mesmo em ambientes marcadamente comerciais, o brincar se manifesta como uma potente forma de expressão infantil e como possibilidade concreta de aprendizagem. Longe de ser um território neutro, o shopping revela-se como espaço onde se entrecruzam práticas de consumo, vigilância e sociabilidade, afetando diretamente as experiências das crianças. A observação participante permitiu compreender que, apesar das limitações impostas por regras sociais, acessibilidade e mediações adultas, as crianças encontram brechas para exercer sua criatividade, autonomia e interação lúdica com o meio.

As lojas de brinquedos, em especial as que oferecem espaços interativos, se destacaram como territórios privilegiados de experimentação, nos quais o brincar se transforma em instrumento de desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Além disso, as interações entre crianças e adultos – mediadas por objetos, narrativas e gestos – revelaram importantes processos de aprendizagem informal, nos quais se constroem vínculos, se compartilham sentidos e se negociam regras e desejos.

Esse estudo reforça o valor da etnografia como abordagem metodológica sensível e eficaz para investigar práticas educativas em contextos não escolares. Ao lançar um olhar atento para os espaços urbanos cotidianos, especialmente os não tradicionalmente reconhecidos como educativos, amplia-se a compreensão das múltiplas formas pelas quais a infância se realiza e se expressa. Reconhecer esses ambientes como potencialmente formativos é também um convite para pensar políticas públicas, projetos pedagógicos e ações comunitárias que valorizem o brincar como direito e como prática essencial para o desenvolvimento humano em sua integralidade.

REFERÊNCIAS

ABRINQ. Guia dos brinquedos e do brincar. **Fundação ABRINQ**, 2004. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/Publicacoes-Fundacao-Abrinq>. Acesso em: 11 de abr. 2025.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998, P. 168-99.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras nas creches**: manual de orientação pedagógica. Secretaria de Educação Básica- Brasília: MEC/SEB, 2012.

BELISÁRIO, Gustavo. Café-com-leite, piques e gigantes: brincando no acampamento Canaã (MST-DF). **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 60, p. 255-283, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988 - Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 11 de abr. 2025.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)** - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Edição revisada e atualizada em 2017. . Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/534718/eca_1ed.pdf. Acesso em: 18 de abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular BNCC**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 24. Jul.

2025.CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, julho de 2001. Disponível em: [www.scielo.br/j/ha/a/kNnShbTR3wLSWgCspyx8JBv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=C%20omo%20bem%20o%20disse%20Jacques,refer%C3%ancia%20\(1971%2C%20p.Acesso](http://www.scielo.br/j/ha/a/kNnShbTR3wLSWgCspyx8JBv/?format=pdf&lang=pt#:~:text=C%20omo%20bem%20o%20disse%20Jacques,refer%C3%ancia%20(1971%2C%20p.Acesso) Acesso em: 23 ago. 2025.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2005.

FREUD, Sigmund. **Escritores criativos e devaneio**, vol. IX. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro, Imago, 1989.

JESUS, Walquiria Almeida de. **A brincadeira Amarelinha como estratégia para o ensino da Matemática.** Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VRNS-9QQNRK/1/tcc_walquiria.pdf. Acesso em: 02 ago. 2025.

KAWAHARA, Samuel. **O uso de blocos de lego: uma proposta para a construção de conhecimentos históricos.** Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/19639/1/CT_INTEDUC_I_2019_42.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Um diário no sentido estrito do termo.** Rio de Janeiro: Record. 1967.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZOLLER, Gerda. **Amar e brincar:** Fundamentos esquecidos do humano. 1ª edição. São Paulo: SP. Editora: Palas Athena.

NAÇÕES UNIDAS, **Convenção dos direitos da Criança, de 1989.** Disponível em: www.unicef.org/angola/media/966/file/Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20da%20Crianca.pdf. Acesso em: 11 de abr. 2025.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes; Mello, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti. **Creches:** Crianças, Faz de conta & cia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz, RIBEIRO, Fernanda Bittencourt, COHN, Clarice, SCHUCH, Patrice. A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 60, p. 7-30, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200001>

SANTANA, da Silva, Maria Luzia et al. O brincar como elemento de inclusão de crianças caracterizadas com transtornos do espectro autista. **Interfaces da Educação**, v. 7, n. 19, p. 48-65, 2016. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/1061/997>. Acesso em: 11 de abr. 2025.

SPINK, Peter Kevin, O pesquisador conversador no cotidiano. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, ano 20, Edição Especial: 70-77. 2008. Disponível em: www.scielo.br/j/psoc/a/6Sc7z55mBgkxxHPjrDvJHXJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 de abr. 2025.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/ZqxMGvJtb-5f79JCFzBwcNnz/>. Acesso em: 18 de abr. 2025.